

BNCC: DA ELABORAÇÃO AOS DESAFIOS PEDAGÓGICOS NO COTIDIANO ESCOLAR

Danrley Ferreira Moraes¹
Márcia Bianca Souza dos Santos²

RESUMO

A partir do ano de 2010 intensificou-se o debate sobre a criação de uma base curricular comum que atendesse todo o país e equiparasse o ensino, amenizando as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem que ocorre nas escolas brasileiras, promovendo uma educação de qualidade. O presente trabalho tem como objetivo geral: discutir a regulamentação da BNCC, os objetivos e influência desta no cotidiano escolar e como objetivos específicos: apresentar uma breve linha do tempo da criação da BNCC; refletir as mudanças no currículo propostas pela BNCC; investigar sobre a capacitação dos profissionais da educação com relação a esta temática. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa cuja metodologia conta com duas entrevistas semiestruturadas compostas de cinco perguntas abertas, tendo como público alvo uma docente da educação básica e uma coordenadora pedagógica, ambas de escolas públicas. Foi realizada uma revisão bibliográfica a cerca do tema, encontrando-se, por exemplo, argumentos favoráveis à nova base e argumentos opostos. A BNCC traz influências diretas para a educação básica com as mudanças nos objetivos, planos metodológicos e principalmente no currículo. Ressalta-se que a construção desse currículo deveria contar com a participação das escolas e não em grupos restritos que visam interesses pessoais. Nota-se nos relatos que as poucas formações que já ocorreram sobre o tema não foram suficientes para os profissionais compreenderem a estrutura da BNCC. Conclui-se reiterando que ainda não é possível construir um currículo nacional em um país tão diversificado geograficamente, multicultural, com realidades escolares distintas.

Palavras-chave: Currículo, Influência, Escola, Regulamentação.

INTRODUÇÃO

Durante a história da humanidade a educação básica passou por diversas mudanças visando o aperfeiçoamento e a garantia do direito a escola para todas as crianças. Uma dessas mudanças destinava-se as creches que por volta dos anos 80 possuíam caráter assistencialista, ou seja, as creches tinham o objetivo de cuidar das crianças carentes que viviam em condições de má alimentação, falta de higiene, etc.

Além disso, essa etapa da educação básica denominada hoje “Educação Infantil”, só recebeu este nome com a Constituição Federal de 1988 e posteriormente com a intervenção do Estatuto da Criança do Adolescente (1990), houve a oportunidade

¹ Graduado pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará – UFPA, Especialista em Teorias e Metodologias da Educação Básica da Universidade do Estado do Pará – UEPA, danrleyferreira97@gmail.com

² Graduada pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará – UFPA, marciabiancasousa244@gmail.com

das crianças entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos estarem dando os primeiros passos na educação nas creches e pré-escolas.

Ao longo do tempo, novas conquistas foram surgindo desta vez eram modalidades de educação que atendem as necessidades da sociedade no que diz respeito ao ensino e ao mercado de trabalho. Temos então a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Especial que visa à inclusão de pessoas com deficiência, a Educação a Distância (EaD). As modalidades denominadas Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola são destinadas aos povos tradicionais e a Educação Profissional em nível técnico ou subsequente ao ensino médio, ou em nível superior – tecnológico visam à formação específica ao mercado de trabalho.

Todas as modalidades possuem um currículo específico, com objetivos específicos criados a partir de debates na elaboração do projeto político pedagógico (PPP) e em reuniões para elaboração do conteúdo programático oferecido pelas secretarias municipais de educação. No entanto, a partir do ano de 2010 intensificou-se o debate sobre a criação de uma base curricular comum que atendesse todo o país e equiparasse o ensino, amenizando as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem que ocorre nas escolas brasileiras, promovendo uma educação de qualidade.

As discussões presentes neste artigo justificam-se devido ao impacto no currículo com a oficialização da BNCC, sendo necessário levar em consideração as especificidades de um país com dimensões continentais e regiões muito diversificadas. Nesse viés, o presente trabalho tem como objetivo geral: discutir a regulamentação da BNCC, os objetivos e influência desta no cotidiano escolar e como objetivos específicos: apresentar uma breve linha do tempo da criação da BNCC; refletir as mudanças no currículo propostas pela BNCC; investigar sobre a capacitação dos profissionais da educação com relação a esta temática.

Na seção que segue, destacamos o percurso metodológico que se trata de uma pesquisa de cunho qualitativa cuja metodologia conta com duas entrevistas semiestruturadas compostas de cinco perguntas abertas, tendo como público alvo uma docente da educação básica e uma coordenadora pedagógica, ambas de escolas públicas. Ainda na metodologia foi realizada uma revisão bibliográfica a cerca do tema, encontrando-se, por exemplo, argumentos favoráveis à nova base como apresentado por Young (2014) e argumentos opostos como cita Lopes (2018).

Na seção seguinte vamos conhecer sobre a nova base e alguns marcos históricos da criação. Logo após são apresentadas discussões sobre a proposta curricular da BNCC a luz dos autores e em seguida temos os relatos de educadores sobre a formação proporcionada aos profissionais com relação a este tema.

Em síntese é possível concluir que a BNCC apresenta muitas contribuições para a educação, porém se faz necessário uma preparação adequada com formações pedagógicas estruturadas, conhecimento da realidade escolar, entre outros.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que para Minayo (2001) refere-se a um universo complexo de muitos significados e particularidades com discussões difíceis de serem quantificadas. A pesquisa ocorreu no mês de novembro de 2019 e conta com duas entrevistas semiestruturadas que possuíam cinco perguntas. Os sujeitos da pesquisa são duas educadoras de uma escola municipal do ensino fundamental do município de Igarapé-Miri/PA, e reiteramos que ambas entrevistadas são apresentadas com nomes fictícios a fim de preservar a identidade.

A educadora Ana atua como coordenadora pedagógica há oito anos na instituição e possui graduação em pedagogia. A educadora Luiza atua como professora de classe há cinco anos e possui como formação o magistério além de cursar pedagogia durante as férias.

Para a coleta de dados foi utilizado gravador de voz e caderno de anotações. As entrevistas foram transcritas e para análise dos resultados foi utilizada a de análise de conteúdo, que segundo Oliveira et al. (2003, p. 5):

[...] a análise de conteúdo pode ser, sem dúvida, um instrumento de grande utilidade em estudos, em que os dados coletados sejam resultados de entrevistas (diretivas ou não), questionários abertos, discursos ou documentos oficiais, textos literários, artigos de jornais, emissões de rádio e de televisão. Ela ajuda o educador a retirar do texto escrito seu conteúdo manifesto ou latente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A BNCC: O que é?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais

que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2016, p.7). Ou seja, a BNCC é constituída de propostas norteadoras que possibilitam aos alunos do Brasil inteiro o acesso a um conhecimento comum proporcionando uma formação integral e equilibrada.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA BNCC:³

O debate sobre a BNCC tem origem desde a Constituição Federal de 1988 a qual prevê o estabelecimento de uma Base Nacional Comum:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais (BRASIL, 1988, p. 124).

Em conformidade a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 estabeleceu no artigo 26 que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Entre os anos de 1997 e 2000 surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) criados pelo governo federal com o objetivo de orientar os educadores na prática metodológica, propondo normatizar conteúdos importantes e necessários para a formação dos alunos além de discussões, reflexões e elaboração de projetos pedagógicos nas escolas. Segundo Cândido e Gentilini (2017), os PCN's tiveram importância significativa na construção de um currículo comum e legítimo para o país, embora criticado pela não participação das escolas na escolha dos conteúdos.

Em 2010 é realizada a primeira Conferência Nacional da Educação (CONAE) onde foi discutida a necessidade de uma base nacional comum curricular e assim a possibilidade de estabelecer um Plano Nacional da Educação (PNE), posteriormente regulamentado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 10 (dez) anos, apresentando 20 metas para o aperfeiçoamento da educação básica, entre as metas, 4 (quatro) dialogam sobre a BNCC.

Ainda entre os anos de 2010 a 2012 foram fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) conforme a LDB 9394/96:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

³ Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01/12/2019 às 17h58min.

I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; [...]

IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que norteiam os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

No ano de 2015, a mobilização pela implantação da BNCC tornou-se mais intensa com a realização do I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC, que culminou na instituição da Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Em setembro de 2015 é disponibilizada a primeira versão da base que fora discutida em dezembro por todas as escolas do país. As novas sugestões foram incorporadas a segunda versão da base apresentada em maio de 2016 seguida também de uma avaliação.

Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC, homologada pelo então ministro da educação Mendonça Filho em 20 de dezembro de 2017 tornando-se referência para a organização curricular das escolas públicas e privadas. Em 22 de dezembro é apresentada pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) a resolução que institui e orienta a implantação da BNCC.

Com isso, iniciou o processo de capacitação dos profissionais da educação de todas as esferas sobre a nova base, os objetivos e propostas e adequação do currículo escolar. O dia 06 de março de 2018 foi oficializado como dia D da BNCC, onde centenas de educadores aprofundaram-se nos estudos das partes homologadas do documento correspondentes a educação infantil e ensino fundamental. Somente em abril de 2018 foi entregue a terceira versão da BNCC sobre o ensino médio para então ser debatida.

Após debates gerados nas escolas em 02 de agosto de 2018, foi homologada em 14 de dezembro de 2018, pelo ministro da Educação, Rossieli Soares, a terceira versão da BNCC correspondente ao ensino médio. A última etapa foi elaborada com fundamentos da Medida Provisória nº 746, de 2016, mais conhecida como “Reforma do Ensino Médio” a qual foi criticada por parte de estudantes e profissionais da educação e, no entanto foi aprovada.

Assim é construída a Base Nacional Comum Curricular que, segundo Triches e Aranda (2016), além de ser um documento composto por princípios fundamentais das áreas do conhecimento é considerado pelo Ministério da Educação uma ferramenta pedagógica para contribuir na prática dos professores, promovendo uma educação de

qualidade social e também ser utilizada como suporte por nortear a formação humana dos alunos. É resultado da exigência do sistema educacional brasileiro presentes nas leis, diretrizes curriculares e no Plano Nacional de Educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CURRÍCULO NA ÓTICA DA BNCC:

O Objetivo da BNCC é possibilitar o aprendizado de conhecimentos fundamentais na educação básica de norte a sul do país criando um currículo comum nas escolas públicas e particulares, rurais e urbanas. Durante as discussões de avaliação da proposta muitas ideias contrárias e a favor foram surgindo nesse período principalmente pelo fato das escolas públicas não estarem presentes durante a escolha dos conteúdos.

Entre os argumentos favoráveis discutia-se o acesso do conhecimento igualmente a todos, pois sem a base é estabelecida uma desigualdade no sistema educacional por existirem currículos diferentes e aleatórios em execução nas escolas.

Michael Young (2014), sociólogo britânico, afirma sobre a criação de um currículo nacional como forma de assegurar o que as crianças devem e precisam aprender até o fim da educação básica, o essencial. Young sustenta a ideia de que é imprescindível que as escolas apropriem desse conhecimento considerado poderoso, que possibilitem os alunos indagações e a busca por respostas aos diversos problemas que o circundam, mesmo estando em qualquer etapa da educação, além de uma formação em vista ao mercado de trabalho a exemplo de países como Austrália, Chile, Estados Unidos, entre outros.

O autor completa que esses conhecimentos essenciais são importantes para uma sociedade cada vez mais global. Para o autor “precisamos entender os currículos como forma de conhecimento especializado para podermos desenvolver currículos melhores e ampliar as oportunidades de aprendizado” (YOUNG, 2014, p. 197).

Nesse contexto, a coordenadora pedagógica Ana entende que o currículo da nova Base possibilita principalmente que os alunos de escola pública possam estar no mesmo nível de conhecimento de alunos de escolas privadas ou de outros estados quando se trata de vestibular:

Eu acredito que ela vá dar assim a possibilidade da criança daqui ter o mesmo conhecimento que a criança lá do sul tem pra que não haja essas disparidades principalmente quando acontecer essa questão de concursos como é o caso do ENEM, por exemplo. Tem alunos que saem em desvantagem principalmente aquelas crianças que vão concorrem, que concorriam antes com os alunos de escolas particulares, porque o currículo que era trabalhado naquela escola particular era realmente voltado pra questão do ENEM. Talvez as crianças de escola pública elas tenham assim um nível de chances igualadas as dos outros estados. (02/122019)

Segundo Lopes (2018) se existe desigualdade na educação do Brasil isto se deve a falta de formação continuada para professores e gestores, investimentos na estrutura escolar a fim de possibilitarem boas condições de trabalho além de assistencialismo social a famílias carentes que enfrentam dificuldades em incentivar os filhos a estudarem.

Dentre os argumentos contrários destaca-se à homogeneização curricular ou imposição de identidades, o que implica em deixar de fora a contextualização ou regionalização do conteúdo com os modos de vida dos alunos. Para Limaverde (2015):

A homogeneização acaba por pasteurizar o currículo, tornando-o sem vida, descontextualizado e amorfo. Nesse aspecto de falta de identidade, vigoram características hegemônicas contribuindo para a hierarquização do conhecimento, valorizando os saberes científicos em detrimento de outros saberes. (2015, p. 89).

Para Pimentel (2007) o currículo não pode ser pensado fora da realidade escolar, contendo os modos de vida, os sentimentos, as dinâmicas que estão ao redor da escola. Por isso é importante não apenas nos perguntarmos “o que” está na BNCC, mas “por que este conhecimento e não outro” (SILVA, 2005). Para Lopes (2018) não existe a necessidade de um mesmo currículo para todas as escolas:

O currículo precisa fazer sentido e ser construído contextualmente, atender demandas e necessidades que não são homogêneas. Sujeitos diferentes não produzem nem mobilizam os mesmos saberes, não se inserem nas mesmas experiências de vida, não constroem os mesmos projetos de futuro (LOPES, 2018, p, 25).

Embora tenha sido regulamentada a utilização da BNCC, ainda será muito dificultosa a efetivação que precisa de formações para os profissionais da educação, além disso, cada profissional a interpreta de uma forma diferente. As realidades em que as escolas estão inseridas continuam incomuns, obrigando aos educadores adaptar a base conforme a realidade. Cândido e Gentilini (2017) defendem que a BNCC não deve predominar como referencia pedagógica nas escolas, pois é importante que os

envolvidos no processo de ensino e aprendizagem possam opinar na construção do currículo.

Oficializar um currículo nacional é ignorar as especificidades das escolas, a cultura, o modelo de ensino e aprendizagem que nelas existem. O currículo não pode ser neutro. Com relação às escolas do campo, o currículo deve ser considerado como um instrumento de resistência, levando em conta os princípios da educação do campo. A nova base vai à contramão desta lógica. Os educadores precisam estar atentos às imposições socioculturais que tendem a surgir.

Além de tudo o que já discutimos, existem outras situações particulares que influenciam na escolha dos conteúdos curriculares nacionais. Tal fator se agrava ainda mais quando temos uma política de seleção de conteúdos curriculares pautada em interesses de grupos, sobretudo dos setores privados, que só consideram a educação na perspectiva do mercado, sem considerar todas as dimensões envolvidas nos processos educacionais. (CÂNDIDO & GENTILINI, 2017, p. 332).

A BNCC NO COTIDIANO ESCOLAR:

A regulamentação da Base Nacional Comum Curricular trouxe diversas mudanças que influenciam diretamente na prática pedagógica do professor e dos técnicos pedagógicos desde termos utilizados no plano de aula, por exemplo, nos quais conteúdos passam a se chamar objetos de conhecimento, os objetivos em habilidades, até a busca por mais formação para compreender a estrutura da BNCC e outros temas relacionados. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) informa que:

A análise e a discussão sobre a BNCC são fundamentais considerando que sua implantação interferirá na vida de mais de 50 milhões de estudantes e de 2,2 milhões de professores em mais de 186 mil escolas particulares e públicas da Educação Básica em todo o país (INEP, 2017).

Outro impacto na organização do trabalho pedagógico está nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas que passam a se chamar Projetos Pedagógicos das Escolas (PP's) pois entende-se que todo projeto é político. Para a coordenadora Ana, o processo de (re) elaboração dos projetos políticos das escolas é algo muito delicado, e o município que trabalha enfrenta dificuldades neste assunto, estando atrasado com relação aos municípios da região.

Não é uma coisa fácil de se fazer tem que exigir estudo em grupo mesmo, discussão pra poder entrar num consenso e dizer: não, isso aqui cabe aqui, dentro dessas habilidades que eles estão pedindo, entendeu não é uma coisa assim que tu faz... de repente. (02/12/2019).

Para Cândido e Gentilini (2017):

Nesse sentido, torna-se absolutamente necessário pensar num Projeto Político-Pedagógico que possa dialogar com a Base Curricular e suas possíveis inovações, garantindo o direito e a valorização da intervenção de todos nessa construção que fundamenta a educação Nacional. (2017. p. 326)

Para Mendonça (2018), mesmo com a regulamentação da BNCC, o projeto político das escolas é a expressão da autonomia e da democracia na escola quando pensado e construído com a participação de toda a comunidade escolar. Segundo a entrevistada, a secretaria municipal de educação solicitou às escolas que elaborassem os projetos pedagógicos e enviassem para a repartição afim de que lá fosse extraído o que se entende como necessário para então criarem um currículo municipal, porém com um calendário intenso não houve essa possibilidade.

Além dos técnicos pedagógicos se dedicarem as atividades internas da escola, a coordenadora Ana alega que outra dificuldade existente na (re) elaboração do PP's da instituição é a ausência de formação:

Aqui nós ainda chegamos a discutir, conseguimos fazer algumas coisas, mas não terminamos porque não é fácil, ele é complexo. Além de ser complexo, nós não tivemos formação, nós não tivemos um apoio relacionado à questão de formação pra fazer mesmo. As poucas coisas que a gente fez aqui foi em cima daquilo que a gente estudou sozinha e algumas falas só que tiveram, na verdade, não teve assim uma semana de formação, 15 dias de formação como teve nesses outros municípios. (02/12/2019).

Quando questionada sobre as formações que já participou a entrevistada respondeu:

Pra mim o 'ralo' conhecimento que eu tenho foi do que eu li, o que eu estudei sozinha. Eu nunca tive uma formação assim, eu nunca tive a oportunidade de sair daqui e ir pra outro lugar e quem poderia tá proporcionando essa formação pra nós seria a secretaria de educação. E a mesma coisa eles fizeram [...] só uma conversa então não teve assim aquela coisa assim da gente entender, tirar as duvidas, não teve esse negocio não. (02/12/2019).

Ainda na instituição de ensino que a coordenadora Ana trabalha, temos o relato da professora Luiza que também não participou de formações sobre a BNCC:

Eu estudo durante as minhas férias e por esse motivo [...] eu nunca participo. E eu achava, na minha opinião, que deveria ter um momento específico só pra isso só para os professores, porque não é só o meu caso tem outros professores também que estudam durante as férias e não tem essa oportunidade de ter uma formação voltada para a BNCC. (02/12/2019).

Para Nóvoa (2001, p.14) é preciso que os professores se reúnam e participem ainda mais de movimentos pedagógicos, buscando discutir e aprofundar-se em torno de programas que impliquem na renovação da prática de ensino. É notável que a BNCC influencie nas metodologias de ensino de professores, onde muitos deverão redimensionar a própria prática estar em constante formação visando o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem. A professora Luiza relatou brevemente se após a regulamentação da nova base houve mudanças na metodologia de ensino que utiliza:

Não mudou, porque na verdade eu já trabalhava assim, parecido já com isso, próximo, mas depois a gente descobre: eu estava fazendo exatamente isso. Acredito que só veio casar as coisas. (02/12/2019).

Será um desafio para todos os profissionais da educação adaptar-se ao que propõem a nova base. Entende-se que a formação continuada é primordial nesse também processo de ensino e aprendizagem como relata a coordenadora pedagógica Ana:

Primeiro a gente precisa estudar muito porque muitas coisas mudaram e eu sempre me reporto à questão da educação infantil porque foi à parte que eu mais estudei que era no tempo que eu estava lá na coordenação (*municipal*) da educação infantil [...] Eu acredito que o coordenador pedagógico, muitos vão precisar rever as suas práticas porque alguns entendem que a função dele dentro da escola é está fiscalizando professor que essa não é a função, é tá fazendo cartaz, essa também não é a função. Nada nos impede que faça. A nossa função principal que a BNCC coloca é que a gente precisa tá trabalhando com o professor que tá com uma dificuldade maior. (02/12/2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a BNCC traz influências diretas para a educação básica com as mudanças nos objetivos, planos metodológicos e principalmente no currículo. Argumenta-se que existe a necessidade de ensinar o que é fundamental para uma formação adequada e comum no país inteiro e que vise também o mercado de trabalho a exemplo de outros países, além de solucionar o desequilíbrio existente no ensino quando si diz respeito concursos como o ENEM.

Ressalta-se que a construção desse currículo deveria contar com a participação das escolas e não em grupos restritos que visam interesses pessoais. É importante ponderar que uma educação de qualidade não é resultado apenas de uma mudança de currículo, mas de investimentos em diversos âmbitos da educação como estrutura escolar, formação de professores, gestão democrática, ampliação da rede de ensino, contextualização, entre outros.

Mesmo com a regulamentação da BNCC as escolas ainda não estão preparadas para adotar a nova base curricular. Nota-se nos relatos supracitados que as poucas formações que já ocorreram sobre o tema não foram suficientes para os profissionais compreenderem a estrutura da BNCC. Será um processo muito lento de adaptação visto que não há suporte pedagógico para orientar os técnicos das escolas e conseqüentemente os docentes.

Conclui-se reiterando que ainda não é possível construir um currículo nacional em um país tão diversificado geograficamente, multicultural, com realidades escolares distintas. A nova base não contempla o que todas as escolas entendem como essencial para o aprendizado do alunado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> 2016. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 1 de dezembro de 2019.

CÂNDIDO, Rita De Kássia. GENTILINI, João Augusto. **Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico**. RBPAE - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017

INEP. **Censo escolar da educação básica 2016: notas estatísticas**. Brasília: MEC, 2017. 28 p.

LIMAVERDE, Patrícia. **Base nacional comum: desconstrução de discursos hegemônicos sobre currículo mínimo** – Revista do Instituto de Estudos Sócio- ambientais - UFG, v.5, n.1, Jan./Jun., p. 78-97, 2015, Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teri/article/download/36348/18704>> Acesso em 16 de junho de 2016.

LOPES, Alice Casimiro. **Apostando Na Produção Contextual Do Currículo**. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **PNE E Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Impactos Na Gestão Da Educação E Da Escola**. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, Antônio. **Revista Nova Escola**, maio de 2001.



OLIVEIRA, E. de; ENS, R. T.; ANDRADE, D. B. S. F. **Análise de Conteúdo e Pesquisa na Área da Educação.** Rev. Diálogo Educacional, Curitiba, v.4, n. 9, p.11-27, maio/ago. 2003.

PIMENTEL, A. P; In: MACEDO, R. S. **Currículo, Diversidade e Equidade: luzes para uma educação intercristica.** Salvador: Edufba, 2007.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TRICHES, Eliane de Fátima. ARANDA, Maria Alice de Miranda. **Formulação Da Base Nacional Comum Curricular (Bncc) Como Ação Da Política Educacional: Breve Levantamento Bibliográfico (2014-2016).** Revista online de extensão e cultura Realização. 2016. Volume 3 n. 054

YOUNG, Michael. **Teoria do Currículo: o que é e por que é importante.** Cadernos de Pesquisa. V.44, n.151, p.190-202, jan/mar.2014. Disponível em: <www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 05 dez. 2019.